



## PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO ESCOLAR: USO PREJUDICIAL E INDEVIDO DE MEDICAMENTOS

FELIX, Andressa da Rocha<sup>1</sup>,  
MARCIOLLI, Hellora Danna de O. L.<sup>1</sup>,  
MARCOS, Ana Elisa Munhoz<sup>1</sup>,  
SANTOS, Marília Alves dos<sup>2</sup>.

### RESUMO

No cenário brasileiro, o número de crianças fazendo o uso de medicações está aumentando de maneira considerável em virtude da homogeneização dos estudantes e a diminuição dos problemas enfrentados pela escola nesse aspecto. Diante a realidade atual, há a necessidade de problematizar e refletir criticamente os diagnósticos e as medicalizações usadas de maneira indevida em nossa sociedade. Portanto, o presente artigo tem por objetivo discutir mediante a uma revisão de literatura, como o uso indevido de medicamentos psicotrópicos em crianças no ambiente escolar afeta o desenvolvimento da mesma, além de expor os interesses por trás desse movimento.

**Palavras chave:** desenvolvimento infantil; escolar; medicalização; patologização.

### ABSTRACT

In the Brazilian scenario, the number of children using medications is increasing considerably as a result of the students's homogenization and the reduction of the problems faced by the school in this aspect. Given the current reality, there is a need to problematize and critically reflect on diagnoses and medicalizations improperly used in our society. Therefore, the purpose of this article is to discuss through a literature review, how the improper use of psychotropic medications in children at school environment affects their development, and also to expose the interests behind this movement.

**Keywords:** child development; school; medicalization; pathologization.

## 1. INTRODUÇÃO

“A Casa Verde é um cárcere privado”. Assim disse um dos personagens do romance “O Alienista”, clássica obra de Machado de Assis (ASSIS, 1994), se referindo ao hospital psiquiátrico Casa Verde, comandado pelo alienista Simão Bacamarte. Na história, acompanhamos o alienista internando para estudo e tratamento na Casa Verde centenas de

<sup>1</sup> Discentes do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; E-mail: [dessa.adrg@gmail.com](mailto:dessa.adrg@gmail.com); [oliveirahellora@gmail.com](mailto:oliveirahellora@gmail.com); [anaemunhozz@gmail.com](mailto:anaemunhozz@gmail.com).

<sup>2</sup> Docente do curso de Psicologia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; E-mail: [mariliaalves.tanabi@gmail.com](mailto:mariliaalves.tanabi@gmail.com).

moradores de Itaguaí, conferindo a diversas ações e características comuns da vida humana o caráter de patologias e, portanto, patologizando e medicalizando as vivências humanas. Como exemplo, temos a emblemática passagem da obra evidenciando tais processos:

E tinha razão. De todas as vilas e arraiais vizinhos afluíam loucos à Casa Verde. Eram furiosos, eram mansos, eram monomaníacos, era toda a família dos deserdados do espírito. Ao cabo de quatro meses, a Casa Verde era uma povoação. Não bastaram os primeiros cubículos; mandou-se anexar uma galeria de mais trinta e sete. O Padre Lopes confessou que não imaginara a existência de tantos doidos no mundo, e menos ainda o inexplicável de alguns casos. Um, por exemplo, um rapaz bronco e vilão, que todos os dias, depois do almoço, fazia regularmente um discurso acadêmico, ornado de tropos, de antíteses, de apóstrofes, com seus recamos de grego e latim, e suas borlas de Cícero, Apuleio e Tertuliano. O vigário não queria acabar de crer. Quê! um rapaz que ele vira, três meses antes, jogando peteca na rua! (ASSIS, 1994, s/p).

Como explicado por CRP (2014) e CRP (2019), patologização é o ato de transformar artificialmente questões do cotidiano e questões da existência humana (portanto, questões não médicas) em problemas médicos e/ou psiquiátricos. É o ato de individualizar questões sociais e transformá-las em doença, transtorno, distúrbio, etc., questões que, na realidade, possuem origem social, cultural e/ou econômica. Em decorrência desses processos, a medicalização (uso de medicamentos, remédios, suplementos, vitaminas, etc.) e o tratamento médico são apresentados como solução única e/ou mais eficiente, resultando em uma hipermedicação. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo discutir como o uso indevido de medicamentos psicotrópicos em crianças no ambiente escolar afeta o desenvolvimento da mesma, além de expor os interesses por trás desse movimento, caracterizando os processos de medicalização e patologização das dificuldades de aprendizagem<sup>3</sup>.

Ao considerar o avanço científico e o surgimento da psicofarmacologia, a descoberta dos psicofármacos é tida como um marco importante, porém quando relacionado com os problemas de aprendizagem e a crise do sistema educacional, pode-se concluir que existe uma banalização de sua utilização, uma vez que só é considerado a parte orgânica e biológica dos alunos. Segundo Santana e Gonçalves (2019), existe a necessidade de entendermos a infância como a junção de todos os aspectos que cercam a criança, ou seja, é necessário um olhar atento para os contextos culturais e sociais, a fim de compreender a dinâmica comportamental e as expressões vivenciais infantis. Nesse sentido, quando a visão se amplia, é possível observar que

---

<sup>3</sup> Elucidamos que o presente artigo foi apresentado na modalidade painel científico no XXV Simpósio de Ciências Aplicadas e a IV do Simpósio Internacional da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF (2022), tendo recebido a certificação de Melhor Trabalho Apresentado na área da Psicologia. Para ser publicado na presente revista, o artigo manteve sua discussão original apresentada no XXV Simpósio, acrescentando-se algumas discussões inéditas.

dentro do contexto histórico no qual as escolas estão inseridas, trata-se de um modelo de intervenção imediatista e voltado ao sistema econômico vigente, em que as famílias e educandos tem como referência o discurso médico, farmacológico e orgânico. Diante a realidade, a psiquiatria infantil impõe um diagnóstico que não aborda a subjetividade do sujeito, resumindo sua abordagem a patologizações de comportamentos naturais da criança, utilizando os fármacos como forma de tratamento, visto que este não demanda tempo e, em sua aparência, apresenta resultados mais imediatos (SIQUEIRA, 2015).

A medicalização de fenômenos em diversos contextos da vida vem para aliviar as problemáticas sociopolíticas e culpabilizar indivíduos, atribuindo como um problema de saúde questões de cunho social e educacional. Esse fenômeno foi evidenciado em 1970, sendo que em 1990 as pesquisas se tornaram mais intensas no Brasil (GARRIDO, 2011; SOUZA, 2011 apud FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020). O entendimento do que vem a ser saúde, e também saúde mental, abordados durante os séculos XIX e XX tem sido desconstruídos à medida que se desenvolvem, em um processo ambivalente, em que a tecnologia garante avanços que asseguram o retorno à dependência (SCARIN; SOUZA, 2020).

## 2. DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa conta com dados bibliográficos de estudos científicos das bases de dados Google Acadêmico, SciELO e revisões literárias, trazendo reflexões e discussões a respeito do que a literatura diz sobre a medicalização e patologização indevida no âmbito escolar, relacionando a atuação da psicologia no cuidado e na atenção às consequências dessa realidade atual.

Luengo (2010) diz que existe uma influência histórica dos ideais higienistas a partir do qual estabeleceu-se terminologias entendidas como opostas, por exemplo, saúde-doença, normal-anormal, ordem-desordem, entre outros, com a finalidade de estabelecer um padrão esperado pela sociedade, ou seja, foi estabelecido o que será esperado, desejado e aceito, bem como é excluído ou modificado o diferente. Além disso, Ham (2017) discorre que nossa sociedade atual é a sociedade do desempenho, e anteriormente, a sociedade da disciplina, onde seus sujeitos eram denominados de "sujeitos da obediência".

Atualmente o número de crianças fazendo o uso de medicações está aumentando de maneira considerável, visando a possível homogeneização dos estudantes e a diminuição dos problemas enfrentados pela escola nesse aspecto. Diante disso, há a necessidade de se

problematizar e refletir criticamente os diagnósticos e as medicalizações usadas de maneira indevida em nossa sociedade (DENTEE, 2015).

Brzozowski e Caponi (2013) apontam como exemplo muito frequente de medicalização inadequada, a medicalização de crianças que apresentam comportamentos considerados desviantes, podendo ser observados em sua maioria nas escolas. Em nosso contexto atual, devemos considerar a influência higienista e imediatista que cerca a sociedade de maneira geral, fazendo com que a indústria farmacêutica ganhe mais visibilidade e lucratividade.

O processo de medicalização está diretamente ligado ao que é considerado um desvio social e ao controle social. Ao mesmo tempo em que a área da saúde foi entrando na vida familiar e escolar, a Medicina foi assumindo o papel de agente de normalização dos desvios, ficando responsável por comportamentos que até então eram da esfera de outras instituições, tais como aprendizagem e criminalidade (BRZOWSKI; CAPONI, 2013, p. 211).

Ainda de acordo com as autoras citadas, o comportamento socialmente desviante sofre alteração de acordo com a época e meio em que o indivíduo está inserido, portanto, nos tempos atuais comportamentos indesejados socialmente no âmbito escolar, como a falta de atenção, as dificuldades de aprendizagem e a agitação, tem sido diagnosticado como transtornos mentais, quando na verdade são comportamentos considerados normais em crianças. Como parte da reflexão, podemos observar o exemplo da autora Dentee (2015), que em sua pesquisa revela que muitos profissionais, como psiquiatras e neuropediatras, executam o diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade em crianças, baseados em relatos dos pais, responsáveis e profissionais escolares, desconsiderando os demais aspectos da vida do indivíduo, que podem ser fatores causadores ou agravantes de determinados comportamentos. Dessa forma, o laudo funciona como uma justificativa do fracasso escolar, além de facilitar a moldagem do comportamento desviante a partir da medicalização, controlando e disciplinando-os de acordo com os interesses sociais, beneficiando as pessoas no entorno da criança.

A visão do médico como uma autoridade quando se diz respeito a saúde faz com que os responsáveis pela criança, mesmo que não gostem de medicar o filho com psicotrópicos, o façam por ser uma recomendação médica, pela pressão sofrida pela escola, e por preocupar-se com a adequação da criança na sociedade, visando que ela possua as mesmas oportunidades que os demais, além de ser um meio mais acessível quando comparado com o acompanhamento individualizado na escola, juntamente com a psicoterapia. O diagnóstico mais presente no âmbito escolar é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), tendo como principal fármaco utilizado no seu tratamento o metilfenidato (Ritalina®). De acordo com a

ONU, no Brasil em 2003 produziu-se 86 kg desse fármaco, sendo que em 2007 o número aumentou para 204 kg, sem contar o que foi importado (CONRAD; SCHNEIDER, 1992; ONU, 2008 apud BRZOZOWSKI; CAPONI, 2013).

Apesar da ideia de a criança ser um pequeno adulto persistir por séculos, Vygotski e Luria (1996) pontuam que a criança pensa e percebe o mundo de maneira diferente do adulto, e também possui uma lógica qualitativa e funções biológicas diferentes. Além disso, possui uma constituição infantil específica da qual determina o desenvolvimento do organismo da mesma e da mesma forma, ocorrem as transformações do comportamento infantil.

No processo de desenvolvimento da criança, ela cresce, se desenvolve e adquire novas habilidades e formas de comportamento, na medida em que se torna um adulto cultural, vivenciado etapas estáveis e de crise. Desse modo, onde o recém-nascido não é imediatamente integrado ao seu ambiente e sim participa de um processo de transformações do comportamento em que o desenvolvimento se dá do meio intersíquico para o intrapsíquico, sendo necessário um mediador para que haja a internalização dos conteúdos, tendo a necessidade de ser integrado a um ambiente adequado, questiona-se se a necessidade das medicalizações cada vez mais frequentes, principalmente porque o contexto da criança continuará o mesmo (LEONTIEV, 1978 apud FRANCO; MENDONÇA; TULESKI, 2020; VYGOTSKI; LURIA, 1996).

De acordo com Luengo (2010), desde a década de 1920, as instituições de ensino primário vêm desempenhando o papel de disciplinadores da natureza infantil ditando os modelos aceitáveis dos comportamentos da criança. A higienização, como forma disciplinadora, instaurou-se nas instituições de ensino, fazendo das crianças pequenos modelos da moral, ordem e progresso social, eliminando todo comportamento não aceitável. Neste cenário os educadores deveriam estar aptos a instaurar essas práticas, sendo vistos como colaboradores da prática higienista, com o papel não só de educar, mas também de perceber anomalias ou comportamentos anormais, selecionando a clientela escolar e isolando aos que não atendessem os padrões aceitáveis, destinando-os a escolas próprias para que fossem corrigidos e disciplinados por métodos próprios.

À medida que a disciplina foi se instaurando e sendo aderida nas escolas, passou a ser vista como um método eficiente na modelagem e adaptação dos comportamentos infantis, vistos como aceitáveis ao padrão da sociedade, como forma de discipliná-las não só em ações, mas também de forma moral, porque segundo Foucault (2008, apud LUENGO, 2010), a disciplina “fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’”.

A escola tem sido usada como uma instituição onde se promove a desigualdade, a discriminação e o controle, um meio de vigiar, punir e apontar condutas desviantes e, qualquer tipo de comportamento julgado anormal, ou que incomode os educadores, é visto como indisciplina, distúrbio ou algum tipo de transtorno do comportamento, estimulando o professor a solicitar aos pais que encaminhem a criança que apresenta tal comportamento a especialistas (psicólogos, neurologistas, psiquiatras), como forma de solucionar e cessar tal conduta (LUENGO, 2010).

Com a priorização da produtividade, a escola tem deixado de ser um lugar em que aluno e professor se encontram para discutir questões que nem sempre estão nos livros e passa a ser um lugar em que se valoriza a disciplina, o cumprimento das regras e a obediência às leis, levando os educadores a verem a criança como um sujeito infantil e abstrato, não permitindo à eles terem uma visão de um ser individual e inserido em um contexto histórico-cultural, descaracterizando comportamentos questionadores e autenticidade da criança, priorizando o ser produtivo e controlado (LUENGO, 2010).

O processo de educação deve ser algo positivo, em que exista uma relação democrática de respeito mútua, fluindo entre os indivíduos e reconhecendo-se a importância do outro no processo. Não devemos ver o professor somente como detentor do conhecimento e as relações educacionais não devem ser verticalizadas, o aluno não é mero receptor de conteúdo. Devemos valorizar o indivíduo enquanto ser inserido no mundo, dotado de inteligência, autenticidade e potencialidades, não um mero molde em um sistema fechado que deve ser enquadrado nos padrões exigidos, “Muitas vezes temos que deixar de lado todo tipo de abordagem técnico-científica e, desarmados, estar simplesmente com o outro [...] Educar é estar com o outro” (NOVASKI, 1995 apud. LUENGO, 2010).

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho discutiu o processo de medicalização e patologização da infância no âmbito escolar, evidenciando quais os critérios utilizados para realizar o encaminhamento médico da criança, quais os pontos negativos desse processo, a padronização dos comportamentos para fins de controle do corpo humano e os motivos por trás desse movimento. Argumentou-se os fatores pelos quais os pais ou responsáveis aceitam essa intervenção, exibindo o quanto a pressão social interfere na conduta humana, desvalorizando a subjetividade do indivíduo e disseminando a necessidade que a política possui de manter a ordem e a disciplina.

A partir do exposto, conclui-se que atualmente a escola continua sendo uma instituição homogeneizadora, aplicando medidas higienizantes, padronizando comportamentos e punindo os que destoem dos padrões, estigmatizando e patologizando os que não se enquadram, reforçando a medicalização desnecessária, instaurando na sociedade a ideia de que a criança deve atender um modelo social determinado. Ao adotar tal postura, a escola deixa de ser um local disseminador de práticas democráticas, formadora de indivíduos críticos e passa a ser um lugar em que as crianças se tornam sujeitos alienados, valorizados apenas pela sua produtividade e capacidade de se enquadrar em normas e padrões pré-instalados.

Portanto, é importante questionar qual concepção os profissionais atuantes na Educação Infantil e no Ensino Fundamental têm sobre o que é a criança e como se dá seu processo de desenvolvimento, para que antes de considerar o encaminhamento médico por conta de comportamentos indesejados, seja criada novas formas de relações para construção ou fortalecimento de vínculos, de forma a compreender de maneira ampla o contexto social em que essa criança está inserida, observando se há outras questões de cunho social ou biológicos que estejam corrompendo sua infância, visando promover um desenvolvimento saudável e mais humanizado, impactando sua conduta tanto no âmbito escolar, quanto no social e familiar.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, M. O Alienista. In: ASSIS, M. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BRZOZOWSKI, F. S.; CAPONI, S. N. C. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. Florianópolis, SC: **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, 2013, v. 33, n. 1, p. 208-221. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100016>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

CRP. **Medicalizar não é a solução – A psicologia e sua interface com a medicalização**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2014. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cartilhas/medicalizacao/miolo-medicalizacao.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

CRP. **Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento – Caderno temático 33**. São Paulo: Conselho Regional de Psicologia, 2019. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impreso/2712/2REvRIZxOwmcqcla4uOjLBNciVBD6yAr.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

DENTEE, M. L. **Medicalização infantil: uma epidemia contemporânea?**. Lajeado: Univates, 2015.

FRANCO, A. de F.; MENDONÇA, F. W.; TULESKI, S. C. Medicalização da infância: avanço ou retrocesso. Presidente Prudente, SP: **Nuances: estudos sobre Educação**, 2020, v.

31, p.38-59. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/8289>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, ed. 2, p. 23-30.

LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SANTANA, C. C. G.; GONÇALVES, L. R. Educação, Patologização e Medicalização: é possível quebrar essa corrente?. UFJF: **Educação em Foco**, 2019, v. 24, n. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/29162>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

SCARIN, A. C. C. F.; SOUZA, M. P. R. Medicalização e patologização da educação: desafios à psicologia escolar e educacional. Maringá: **Psicol. Esc. Educ.**, v. 24, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/NK7KFMcM8Wb9fYrhQgpwj5c/?lang=pt>. Acesso em: 23 de junho de 2022.

SIQUEIRA, L. C. S. **A cultura da medicalização na infância**. Ijuí: UNIJUI, 2015, p. 18-23.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R. A criança e seu comportamento. *In: A História do comportamento: O macaco, o Primitivo e a Criança*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, cap. 3, p. 151-235.